

JOSÉ ARMANDO DA COSTA

Contorno Jurídico da Improbidade Administrativa

Editora BRASÍLIA JURÍDICA
3ª Edição 2005

35.077.3(81)
C837c
3. ed.



Costa, José Armando da.

Contornos jurídicos da improbidade administrativa / José Armando da Costa. - 3. ed. - Brasília : Brasília Jurídica, 2005. 315 p.

ISBN 85-7469-269-7

1. Direito Administrativo - Processo Disciplinar- Repressão Disciplinar. 2. Falta Disciplinar - Sindicância. 3. Processo Disciplinar - Direito de Defesa - Funcionário. 4. Inquérito Administrativo - Instrução - Defesa - Relatório. - 5. Processo Disciplinar - Instauração - Instrução - Relatório - Julgamento. 6. Processo Administrativo Sumário. 7. Processo Disciplinar - Nulidade. 8. Recurso Disciplinar. 9. Ato Disciplinar - Controle de Legalidade - Poder Judiciário. I. Título.

CDDir 341.362

35.077.3(81)

C837c

3. ed.



Sumário

PREFÁCIO DA 3.º EDIÇÃO	11
PREFÁCIO DA 2.º EDIÇÃO	13
PREFÁCIO DA 1.º EDIÇÃO	16

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA MATÉRIA	19
1. Conceito de improbidade	19
2. Improbidade administrativa	21
3. Gêneros de improbidade	23
4. Delito disciplinar nacional	24
5. Sujeitos ativo e passivo	26
6. Elemento subjetivo da improbidade	27
7. Não requer dano efetivo	28
8. Improbidade não comporta gradação	29
9. Cometimento de improbidade fora do serviço	31
10. Obrigação de velar pelos princípios da Administração Pública	33
11. Declaração de bens	37

CAPÍTULO II

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA COMO DELITO DISCIPLINAR	39
1. Conceito	39
2. Espécies de improbidade administrativa	40
3. Tipos genéricos e específicos	41
4. Improbidade que implica enriquecimento ilícito	42
5. Improbidade que causa lesão aos cofres públicos	44
6. Improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública	46
7. Tipicidade da improbidade disciplinar	47

CAPÍTULO III

ASPECTOS GERAIS DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA COMO DELITO DISCIPLINAR	51
1. Introdução	51
2. Breve Histórico	54
3. Lei Bilac Pinto	56
4. A corrupção nos regimes de exceção	58
5. Exegese lítero-declarativa	60
6. Concurso aparente de normas disciplinares	62

35.077.3(81)
C837c
3. ed.



7. Improbidade disciplinar putativa	64
8. Desistência voluntária e arrependimento eficaz	67
9. Delito disciplinar impossível	68

CAPÍTULO IV

PROPORCIONALIDADE PUNITIVA DOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	69
1. Intróito	69
2. Função normativa do princípio da proporcionalidade no direito brasileiro	73
3. Critério da proporcionalidade em nível constitucional	75
4. Elementos da regra da proporcionalidade	81
5. Adequação da medida	81
6. Adoção de medida menos onerosa	82
7. Relação custo-benefício	83
8. Proporcionalidade dos atos de improbidade administrativa	85
9. Redução da punição disciplinar pelo Judiciário	90

CAPÍTULO V

TIPOS DELITUAIS DISCIPLINARES QUE IMPORTAM ENRIQUECIMENTO ILÍCITO	93
1. Considerações introdutórias	93
2. Enriquecimento ilícito de índole publicística	94
3. Enriquecimento ilícito na Constituição Federal de 1946	95
4. Objetivo jurídico tutelado pela norma proibitiva	96
5. Tipo genérico de enriquecimento ilícito	97
6. Classificação dos tipos específicos	99
7. Delitos disciplinares frustradores do caráter competitivo da licitação	100
8. Infrações disciplinares indutoras de prevaricação	102
9. Tipos delituais deturpadores da finalidade dos bens públicos	105
10. Enriquecimento ilícito por tolerância à prática de crime ou contravenção	107
11. Falso ideológico em medição ou avaliação de bens públicos e outros serviços	109
12. Intermediação para liberar ou aplicar verba pública	111
13. Enriquecimento ilícito presumido	112

CAPÍTULO VI

TIPOS DELITUAIS DISCIPLINARES QUE CAUSAM PREJUÍZO AO ERÁRIO	117
---	-----

35.077.3(81)
C837c
3. ed.



1. Introdução	117
2. Objetivo jurídico da repressão do dano ao erário	120
3. Tipo genérico de dano ao erário	121
4. Classificação dos tipos específicos de dano ao erário	122
5. Incorporação, utilização e doação irregulares de bens públicos	123
6. Danos ao erário por transvio do procedimento licitatório	125
7. Delitos disciplinares de natureza tributária	127
8. Aplicação de verbas com prejuízo ao erário	130
9. Gerência financeira fraudulenta	132
10. Favorecimento ilegal de terceiro	134

CAPÍTULO VII

TIPOS DELITUAIS DISCIPLINARES QUE ATENTAM CONTRA OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	137
1. Noções introdutórias	137
2. Preservação dos princípios da Administração Pública	138
3. Tipo delitual genérico	140
4. Classificação dos tipos específicos	141
5. Transgressões que arranham o princípio da legalidade	142
6. Infrações disciplinares que implicam a quebra do dever de sigilo	145
7. Ilícitude voltada contra o princípio da publicidade	149
8. Improbidade atentatória ao princípio da isonomia	151
9. Responsabilização temerária	153

CAPÍTULO VIII

RESPONSABILIZAÇÃO DISCIPLINAR	155
1. Preliminares	155
2. Improbidade como crime de responsabilidade e delito disciplinar	156
3. Penas de cassação e demissão	157
4. Tríplice responsabilidade	160
5. Independência das instâncias	161
6. Dependência do juízo penal	162
7. Responsabilização dos agentes políticos	164
8. Procedimento disciplinar comum	166
9. Aplicação supletiva do processo administrativo comum	168

CAPÍTULO IX

RESPONSABILIZAÇÃO PENAL	171
-------------------------	-----

35.077.3(81)
C837c
3. ed.



1. Aspectos propedêuticos	171
2. Características das responsabilidades penal e disciplinar	173
3. Crime de responsabilidade e delito comum	175
4. Afastamento preventivo na instância da responsabilização disciplinar	178
5. Denúncia caluniosa	179
6. Instauração de inquérito policial	180
7. Ato de improbidade do agente público não pode ser apurado pelo MP	182
8. Autônoma aplicação de sanções	184

CAPÍTULO X

AÇÃO CIVIL POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	185
1. Introdução	185
2. Sanções políticas	187
3. Elemento subjetivo da responsabilidade civil	190
4. Ação de rito ordinário	192
5. Legítimo interesse de agir	194
6. Justificação preliminar	195
7. Pedido de indenização abusivo	196
8. Seqüestro e arresto de bens	198
9. Indisponibilidade dos bens do réu e outras medidas	201

CAPÍTULO XI

PRESCRIÇÃO DOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	205
1. Considerações gerais	205
2. Institutos da decadência, preclusão e perempção	208
3. Prescrição ou decadência?	210
4. Prescrição das faltas disciplinares	211
5. Início da contagem do prazo prescricional	214
6. Prescrição no caso de abandono de cargo	218
7. Aposentadoria com uso de certidão de tempo de serviço falsa	220
8. Prescrição do ato de improbidade administrativa	221
9. Suspensão e interrupção da prescrição	222

APÊNDICE LEGISLATIVO

Lei n.º 1.079, de 10 de abril de 1950	225
Lei n.º 1.079, de 10 de abril de 1950	227
Lei Bilac Pinto (Lei n.º 3.502, de 21 de dezembro de 1958)	247
Lei n.º 8.026, de 12 de abril de 1990	253
Lei n.º 8.027, de 12 de abril de 1990	255

35.077.3(81)

C837c

3. ed.



Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990	261
Lei n.º 8.429, de 2 de junho de 1992	277
Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999	289

REFERÊNCIAS	305
ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO	311

35.077.3(81)
C837c
3. ed.

